

V Governo esvazia controlo operário

O V Governo Provisório fez seguir, para publicação no «Diário do Governo», uma lei sobre o «controlo da produção» pelos trabalhadores e a sua «participação no planeamento». Os objectivos gerais deste controlo serão a «defesa e promoção dos interesses globais da colectividade», o «aproveitamento máximo dos recursos nacionais», pelo «empenhamento dos trabalhadores no processo produtivo».

Na prática, é uma lei do «semi-controlo» dos trabalhadores, que pouco tem a ver com aquilo a que os operários chamam o «controlo operário». Ou melhor: é uma lei que visa esvaziar o controlo de todo e qualquer conteúdo político, reduzindo os trabalhadores a um papel de auxiliares subalternos das administrações e do Estado.

(Continua na 5.ª página)

16 PÁGINAS

República. 10/09/1975

MARTINS PEREIRA
SC.1. VIGIA PÚBLICA
SSC1, SEIT
SR22. RECORTES /16

CONTROLO DA PRODUÇÃO

(Continuado da 1.ª página)

DUAS LINHAS EM CONFRONTO

A origem desta lei remonta ao IV Governo Provisório, onde se confrontaram dois projectos, duas linhas, sobre a questão do controlo da produção e da reestruturação das empresas. Um, baseado num texto do secretário de Estado da Indústria, eng.º Martins Pereira, visava a criação dum esquema de controlo da produção pelas comissões de trabalhadores. O outro, com origem no Ministério do Trabalho (dr. Carlos Carvalhas), visava entregar o controlo da produção aos sindicatos. Enquanto o projecto Martins Pereira deixava a porta aberta para o alargamento do controlo operário, até a tomada das decisões fundamentais na reestruturação por empresa e por sector, o projecto Carvalhas subalternizava o papel dos trabalhadores, de modo a canalizar a sua iniciativa para a «batalha da produção».

O projecto Carvalhas correspondia à linha política do P. C. P., mas acabou por fracassar face à oposição dos trabalhadores, mesmo em fábricas onde aquele partido tinha predominância.

Assim, o Governo acabou por não aprovar o projecto, esse nem nenhum outro. Quanto à «linha Martins Pereira», ela informou dois projectos de reestruturação sectorial — metalomecânica pesada e construção naval —, casos em que a «reestruturação» será essencialmente controlada por organismos compostos a partir das comissões de trabalhadores, em colaboração com técnicos do Ministério da Indústria.

AS REGRAS DO JOGO

A lei agora aprovada provém, directa ou indirectamente, do Ministério do Trabalho, mas, segundo um projecto já consideravelmente modificado, que recupera algumas das ideias do projecto oposto.

Quais as suas linhas gerais? Prevê-se a formação de «estruturas de controlo» sempre que «a iniciativa dos trabalhadores se manifeste nesse sentido e quando a sua dimensão o permitir».

Recomenda-se, desde já, a sua criação em todas as empresas com mais de 50 trabalhadores ou com volume anual médio de vendas de 10 mil contos, nos últimos dois anos.

Também se aplica a todas as empresas nacionalizadas, públicas, participadas, ou em que o Estado interveio, ao abrigo do Decreto-Lei 660/74, e ainda «naquelas em que, independentemente da intervenção do Estado, foram detectados actos de sabotagem económica, devidamente comprovados, por parte da administração, ou de quem, no seu nome ou interesse, tenha actuado».

Logo a seguir, vêm os direitos e deveres, isto é, uma lista de regras de jogo que mais do que garantir o efectivo controlo pelos trabalhadores, visa limitá-lo ou exvaziá-lo de conteúdo. Assim, o «controlo de produção não deverá entrar a actividade da empresa, nem interferir no exercício das funções que competem ao seu administrador ou órgãos de gestão».

Quais as atribuições?

«Apreciar e emitir parecer e garantir a execução dos planos gerais da empresa», contribuir para a melhoria de produção, para o aumento da produtividade, «velar pelo cumprimento dos programas do Governo», detectar e combater a sabotagem económica.

Deste modo, as suas funções são perfeitamente subalternas. O controlo dos trabalhadores, segundo esta lei, deverá consistir em ajudar os administradores ou o Estado a aplicar os planos de reestruturação que eles próprios elaboraram e continuarão a elaborar nas costas dos trabalhadores.

GATO ESCONDIDO

O texto legal faz uma concessão: o controle será realizado pelas comissões de trabalhadores existentes ou por outras expressamente eleitas para o efeito, nelas podendo ser incluídos os delegados sindicais.

No entanto, o controlo não pode ser feito apenas à escala de empresa, tem de passar à escala de sector e ramo de produção e, daí, à escala da economia nacional. É neste terreno, decisivo, que a nova lei mete os sindicatos que acabarão por constituir o aparelho chave da centralização do «controlo» e da sua articulação com o planeamento estatal. É o que se chama «o gato escondido com rabo de fora».

O «controlo operário», segundo um ponto de vista ou de classe, não consiste em pôr os trabalhadores a «controlar» a reconstrução capitalista da economia, mas pelo contrário, na luta contra a reconstrução capitalista da crise económica, na imposição de medidas e de «reestruturação» ou «reconversões» que assegurem os interesses das massas e o emprego, o salário, a transformação das condições de trabalho, a luta contra a desigualdade e a hierarquia, contra a disciplina e a opressão capitalistas.

Que produzir? Como produzir? para quem produzir?

Produzir para satisfazer as necessidades das massas, para assegurar a aliança operário-camponesa, para conquistar a independência nacional? Ou produzir de acordo com as leis capitalistas do lucro e da concorrência? Impedir que as fábricas fechem ou deixá-las fechar? Organizar a solidariedade operária e popular, ou desenvolver a concorrência entre os trabalhadores das diferentes empresas e sectores?

Estas são algumas das questões postas pelo controlo operário.





ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO

- a difícil caminhada para o controlo

Em Maio de 1974, os operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, como a administração não desse resposta satisfatória ao seu caderno reivindicativo, estiveram em greve durante seis dias. Pararam o trabalho, reuniram-se junto ao edifício da Administração e reivindicaram uma série de pontos relacionados com o C. C. T. dos Metalúrgicos, que acabara de ser celebrado.

A consciência da luta a travar contra o inimigo de classe indicou aos trabalhadores dos Estaleiros o caminho que até então não fora possível trilhar: uma Comissão de Trabalhadores que defendesse os seus direitos e dirigisse a luta. É uma fase nova na vida dos Estaleiros de Viana do Castelo, que ao cabo de trinta anos de existência conhecem a nacionalização, recentemente decretada pelo Governo.

A greve terminou, as reivindicações principais dos trabalhadores dos Estaleiros de Viana foram aceites, mas a luta não terminava aí. Ia simplesmente começar.

Um grupo de trabalhadores do Estaleiro que por sinal também faz parte da C. T. descreveu-nos do que tem sido a vida nesta importante empresa de Maio de 1974 até ao presente. Falaram à reportagem do «República» apenas na qualidade de operários («e só nessa qualidade» acentuaram) com o entusiasmo (igual ao de tantos milhares de trabalhadores por esse país fora) de quem vê uma obra que nasce e se desenvolve feita pelas suas mãos. São de facto eles que exercem o controlo operário nos Estaleiros e isso dá-lhes a verdadeira noção das responsabilidades em que estão investidos.

A Comissão de Trabalhadores foi, como já se disse, o primeiro passo para se institu-

cionalizar o poder dos operários na fábrica.

Recorda um trabalhador: — Tivemos bastantes dificuldades em negociar tudo porque a administração estava sempre em Lisboa e os trabalhadores em Viana estavam sempre a ser comandados à distância. De maneira que o administrador vinha a Viana, mas não agia sozinho. Tinha de perguntar o que havia de fazer aos restantes administradores que estavam em Lisboa.

— Quer dizer: aqui funcionavam apenas como oficinas...

— Sim. Com um adjunto do director-financeiro, um director-fábrica que eram as pessoas que estavam a comandar isto cá em cima. Comandar não é bem comandar porque ao fim

e ao cabo não tomavam decisões nenhuma sem consultar a administração em Lisboa.

Por essa altura a C. de T. limitou-se às reivindicações: Salário mínimo de 5 000\$00 (inicialmente tínhamos pedido 6 000\$00, mas fizemos-nos ver que os 6 000\$00 seria ruinoso para a empresa; acabamos por concordar com os 5 000\$00); horário de trabalho que passou para 44 horas, não trabalhando ao sábado; e um mês de férias.

Depois disto a C. de T. esforçou-se sempre por trazer tudo mais ou menos direito. Quando havia qualquer problema disciplinar chamávamos os camaradas, falávamos com eles, etc. Essa C. de T. como foi elcита mais ou menos à pressa, para resolver o problema da greve achou por bem em Novembro pedir a demissão. Logo a seguir foi formada a actual C. de T..

Começou logo a verificar que os Estaleiros tinham, principalmente bastantes problemas financeiros.

— Esses problemas financeiros foram determinados pela satisfação das reivindicações feitas?

— A administração quis dar-nos a entender que assim era, mas nós não nos convencemos disso porque quando tínhamos pedido inicialmente 6 000\$00 e baixamos para 5 000\$00 porque nos fizeram crer que estes 5 000\$00 estavam dentro das possibilidades da empresa. Não nos convencemos disso e começamos a verificar que a empresa con-

trolada à distância, é claro que as coisas não podiam correr muito bem. Reivindicamos, então, a presença dos administradores em Viana do Castelo. Fizemos comunicados nesse sentido, falámos directamente com a administração, mas todas as tentativas foram goradas porque eles não apareceram...

EMPRESA COLONIZADA A 400 QUILOMETROS DE DISTÂNCIA

Intervém outro trabalhador: — É preciso acrescentar o motivo porque reivindicamos a presença da administração cá em Viana. É porque os trabalhadores consideraram sempre que esta empresa era uma empresa colonizada, porque estava a ser dirigida de Lisboa, a 400 quilómetros de distância. E chegou então a altura de os trabalhadores reivindicarem a presença da administração cá nos Estaleiros porque é cá que a casa deve ser governada. Demos-lhe, então um mês de prazo para que ficasse cá a gerir os Estaleiros.

Continua a narrativa:

— Quando lhes demos o prazo de um mês a resposta deles foi nomear um novo administrador, que era aqui do Porto e que como ficava aqui perto vinha por aí adiante todos os dias. Ora a C. de T. falando aos trabalhadores entendeu que não deveria entrar um novo administrador visto que não era essa a vontade dos trabalhadores, porque era a administração cá o pretendido e não meter mais um administrador, porque assim já ficavam cinco administradores a ganhar e ficava este sem poderes de decisão porque tinha na mesma sempre de consultar os que estavam em Lisboa.

— Era uma manobra de pagar mais 30 contos de ordenado a um...

— Como é que conseguiram resolver o problema?

— Não aceitámos esse administrador. Fizemos um comunicado a anunciar uma RGT para perguntar aos trabalhadores qual a posição que havíamos de tomar perante a atitude da administração. A administração apesar de ter conhecimento desse comunicado e de que íamos a RGT efectuar, estava em Viana do Castelo por acaso nesse dia, leu o comunicado e foi para Lisboa paulatinamente sem ligar meia à RGT, sem dar uma satisfação aos trabalhadores. Na RGT foi então votado o saneamento dos administradores por não terem ligado nenhuma áquilo que tínhamos pedido.

Aponta um camarada dos Estaleiros: — É preciso esclarecer que nós demos um mês de prazo para eles fixarem residência ou trabalharem a tempo inteiro na empresa e passou um mês não obtivemos qualquer resposta da administração. Prorrogámos a coisa por mais um mês a ver se eles diziam qualquer coisa, passou-se mais esse mês não nos tocaram absolutamente em nada. Convocámos portanto a RGT e os trabalhadores decidiram o saneamento da administração com a excepção de um porque esse já não trabalhava em Via-

na porque as funções dele são mesmo em Lisboa — é o director comercial.

OS TRABALHADORES VIAM QUE NÃO HAVIA CONTROLO

— Portanto o que aconteceu foi que os trabalhadores tiveram consciência de...

— ...que estavam abandonados...

— ...é que por outro lado para uma melhor gerência da empresa era necessário que mudasse de sistema.

— Portanto vocês não puseram em causa a administração em si mas o processo.

— Tanto que quando publicamos a notícia do saneamento da administração fizemos os possíveis por esclarecer que o saneamento não tinha sido por falta de competência, mas sim por não terem satisfeito a reivindicação dos trabalhadores de eles virem cá para Viana. Residir ou estar aqui o tempo inteiro.

— Que se seguiu depois?

— Depois fomos convocados para irmos ao Ministério da Indústria (aliás a nacionalização já tinha sido pedida um mês antes; já tínhamos elaborado um relatório que mandámos ao Ministério da Indústria). Como pedimos o saneamento da administração o ministro ficou um bocadinho assustado (não por sanarmos a administração, disse, mas sim porque tinha falta de quadros e era-lhe difícil arranjar quem viesse para Viana do Castelo...)

— Isso desde que era o Governo a impor uma Comissão Administrativa...

— Exactamente porque o estaleiro já estava em vias de nacionalização. Os trabalhadores pediram a nacionalização quando viram realmente as dificuldades financeiras e que a coisa não estava a andar como devia ser. Mas a nacionalização mesmo que não fosse pedida pelos trabalhadores, acabava por efectuar-se em virtude da reconstrução do sector naval. A CUF era maioritária aqui nos estaleiros por intermédio do Totta & Açores, os Bancos estavam nacionalizados...

12 MIL CONTOS QUE APARECEM DE UM DIA PARA O OUTRO

Mais:

— Uma coisa muito importante e que também forçou o saneamento da administração foi verificarmos que o estaleiro se lançou numa fase de desenvolvimento sem ter investido um mínimo de capital. As obras custam cerca de 450 mil contos e estava tudo a ser financiado por intermédio dos Bancos. A coisa andava assim. Tapavam-se buracos, destapavam-se buracos e os trabalhadores andavam ali a ver que tudo aquilo andava sem controlo nenhum.

Outro trabalhador:

— E não só esse problema: um outro veio acelerar mais a nossa luta, o alerta da Caixa de Previdência de que a nossa empresa devia perto de doze mil contos. Fizemos um comunicado, fizemos uma RGT e aí tivemos o avanço da nossa luta que motivou mais ainda a que se fizesse a nacionalização da empresa. Porque a casa jogava com o nosso di-

neiro, fazia empréstimos, emprestava dinheiro a quem o queria e os descontos da Caixa de Previdência não entravam lá.

— A verdade é que depois de os trabalhadores alertarem o dinheiro apareceu de um dia para o outro.

— Depois do saneamento constituíram um Conselho de Gerência formado por duas pessoas que já tinham o aval da administração para assinaturas, etc., e nomeamos três

activida

franca l

— O

das de

agora (c

diminui

nou?

— As

-se Con

tacto co

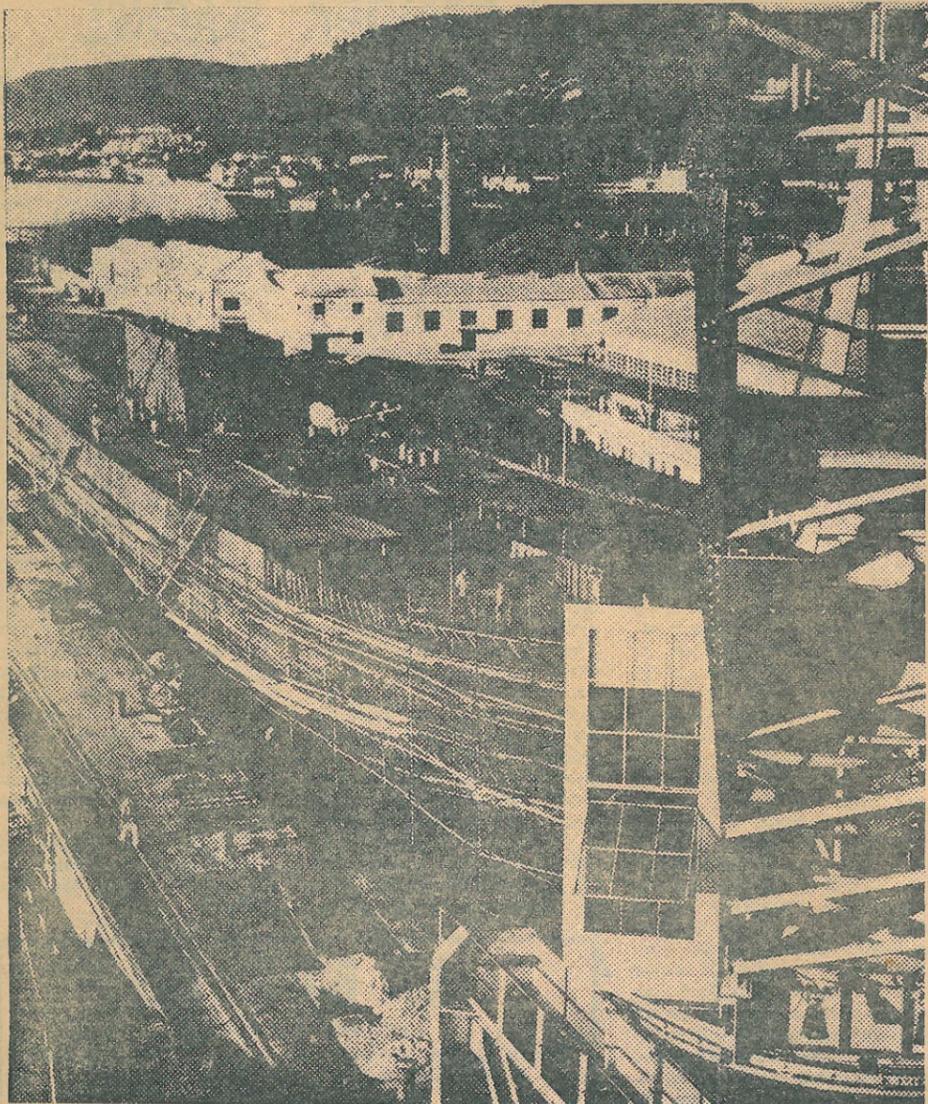
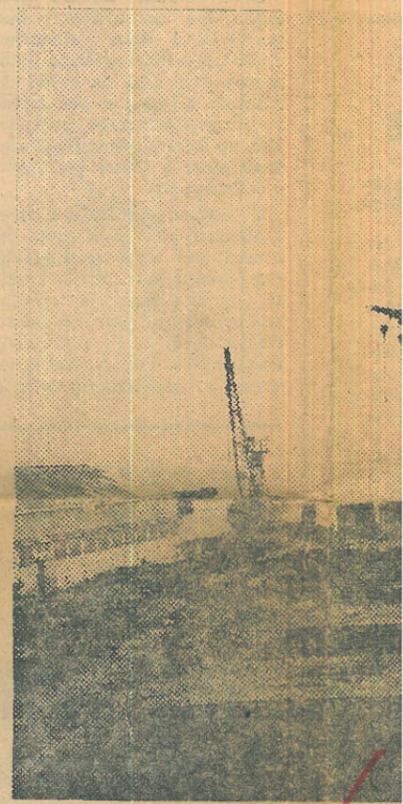
estamos

mais na

— Por

presa n

— Não



delegados da C. de T. para fazerem parte desse Conselho de Gerência. O Conselho de Gerência foi nomeado a conselho do Eng.º Martins Pereira, com quem tivemos uma entrevista e nessa altura ele disse-nos que isto seria um Conselho para actuarmos quinze dias, três semanas, pouco mais ou menos. A verdade é que já estão há três e só no dia 5 a secretária do ministro da Indústria telefonou a dizer que a C. A. estava formada.

— Qual foi a experiência do Conselho de Gerência?

— Achemos que o Conselho de gerência foi bastante benéfico e neste interregno entre uma administração e uma futura C. A. É importante salientar que encontramos em embrião um investimento de cerca de 2 500 contos que era uma cobertura para umas máquinas de decapagem que já estavam orçamentadas. E nós do Conselho de Gerência provisório achamos que aquilo era muito caro. Portanto fizemos contactos a outros níveis e conseguimos fazer essa cobertura por 850 contos. A cobertura está feita e serve perfeitamente. Está sólida e bem feita e poupámos cerca de 1 700 contos. Falámos com os técnicos das máquinas que nos disseram que a construção servia perfeitamente.

TRABALHO ASSEGURADO ATÉ PRINCÍPIOS DE 1978

Voltamos agora para a

rendas

segurado

princípios d

— Não

tante en

— Por

químicos

que imp

350 mil

quatro

a E. P.

cas de A

a SNAP.

— Tem

social-de

— Não

vemos u

Interro

— Fez..

gar sem

Fomento

Banco d

Noruega

da cons

nos pag

ção!

Um es

trabalha

— Os e

-se desti

da assín

Fomento

Banco d

Noruega

da cons

Fomento

ção e r

encargos

DE VIANA DO CASTELO para o controlo operário

O estaleiro foi construído na margem norte do Rio Lima, junto à Foz e a Oeste do Castelo da Cidade. Cerca de 1700 trabalhadores estão ali em actividade. Topograficamente o estaleiro tem a configuração de um rectângulo alongado na direcção Norte-Sul. Área ocupada: cerca de 100 000 metros quadrados. Unidade compacta de trajectos curtos, centrada sobre as docas secas, pontos de convergência de toda a actividade desenvolvida nas oficinas e planos de pré-fabricação. Ao Sul há duas docas secas adjacentes servidas por três guindastes, dois para 50 toneladas, um para 15 toneladas. A doca n.º 1 e n.º 2 têm respectivamente 157 x 25 m e 128 x 18,5 m. A primeira tem capacidade de construção até 20 000 toneladas; uma delas fica fora do estaleiro e é usada para reparações. O cais tem 200 metros e permite a acostagem de navios com quatro metros de calado.

cia, é claro o podiam reivindicamos, a dos adm/iana do Cas-nicados nes-mos directa-administração, tativas foram eles não apa-

ESA ZADA OMETROS ANCIA

trabalhador: erescentar o reivindicamos administração porque os traderaram sem-resa era uma ada, porque igida de Lis-netros de dis-então a altu-adores reivin-ça da admi- Estaleiros a casa deve mos-lhe, en- prazo para gerir os Es-

na porque as funções dele são mesmo em Lisboa — é o director comercial.

OS TRABALHADORES VIAM QUE NÃO HAVIA CONTROLO

—Portanto o que aconteceu foi que os trabalhadores tiveram consciência de... —...que estavam abandonados... —...é que por outro lado para uma melhor gerência da empresa era necessário que mudasse de sistema.

neiro, fazia empréstimos, emprestava dinheiro a quem o queria e os descontos da Caixa de Previdência não entravam lá.

—A verdade é que depois de os trabalhadores alertarem o dinheiro apareceu de um dia para o outro.

—Depois do saneamento constituíram um Conselho de Gerência formado por duas pessoas que já tinham o aval da administração para assinaturas, etc., e nomeamos três

actividade dos Estaleiros, em franca laboração.

—O montante de encomendas de 25 de Abril de 1974 até agora (ou durante essa altura) diminuiu, aumentou, estacionou?

—As encomendas mantêm-se Contudo estamos em contacto com vários armadores e estamos em negociações para mais navios...

—Portanto o futuro da empresa não é periclitante... —Não. Em questão de enco-

podíamos ir até 12/15 toneladas.

—Qual a categoria do estaleiro?

—Este é mesmo de construção naval. Será talvez o segundo do país. O primeiro é a Setenave porque constrói navios salvo erro até 100 mil toneladas, depois temos este que vai até 30 mil; depois temos a Lisnave, mas esse é um Estaleiro essencialmente para

considerar que há os pequenos-burgueses, que somos nós os da cidade e os camponeses.

—A Comissão de Trabalhadores pode ser considerada uma vanguarda de trabalhadores? Qual é o critério de mobilização de massas? E através das bases?

—Ou é através das bases ou fazemos uma RGT à pressa e esclarecemos o motivo que nos leva à manifestação. Podemos por um caso concretamente: o 11 de Março. Em menos de 10 minutos conseguimos pôr 1700 operários na rua. Demos três voltas à cidade. Nem foi propriamente a C. de T. que pensou nisso. Os próprios delegados quando chegaram à porta já os trabalhadores lá estavam.

—Portanto vocês não puseram em causa a administração em si mas o processo.

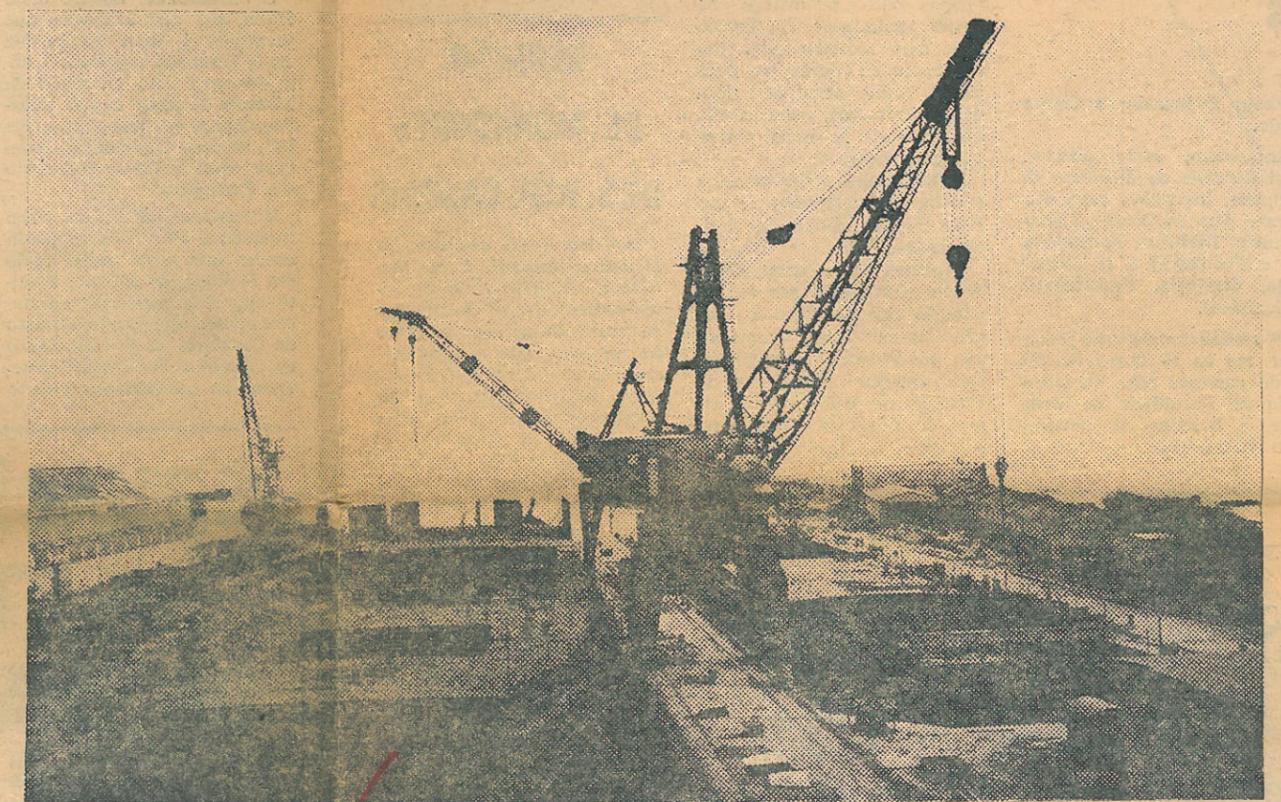
—Tanto que quando publicamos a notícia do saneamento da administração fizemos os possíveis por esclarecer que o saneamento não tinha sido por falta de competência, mas sim por não terem satisfeito a reivindicação dos trabalhadores de eles virem cá para Viana. Residir ou estar aqui o tempo inteiro.

—Que se seguiu depois?

—Depois fomos convocados para irmos ao Ministério da Indústria (aliás a nacionalização já tinha sido pedida um mês antes; já tínhamos elaborado um relatório que mandámos ao Ministério da Indústria). Como pedimos o saneamento da administração o Ministro ficou um bocado assustado (não por sanarmos a administração, disse, mas sim porque tinha falta de quadros e era-lhe difícil arranjar quem viesse para Viana do Castelo...)

—Isso desde que era o Governo a impor uma Comissão Administrativa...

—Exactamente porque o estaleiro já estava em vias de nacionalização. Os trabalhadores pediram a nacionalização quando viram realmente as dificuldades financeiras e que a coisa não estava a andar como devia ser. Mas a nacionalização mesmo que não fosse pedida pelos trabalhadores, acabava por efectuar-se em virtude da reconstrução do sector naval. A CUF era maioritária aqui nos estaleiros por intermédio do Totta & Açores, os Bancos estavam nacionalizados...



—Os documentos dos «Nove» e do COPCON foram discutidos aqui?

—A C. de T. tomou posição através de um «telex» de apoio que enviou ao brigadeiro Corvacho, quando foi afastado. O que queria dizer inteiro apoio ao COPCON. O assunto não foi discutido, mas os trabalhadores aceitaram a moção de apoio ao brigadeiro Corvacho.

—A C. de T. fez algum trabalho político para além de defesa das reivindicações dos trabalhadores?

—A C. de T. é apartidária. Todos nós temos a nossa ideologia, mas a C. de T. é apartidária. Escusado será dizer que temos dado um certo apoio a todos os que quiseram que os seus partidos dessem sessões de esclarecimento. Depois disso, por fora, temos as células de todos os partidos. Queremos única e simplesmente a unidade do trabalhador.

delegados da C. de T. para fazerem parte desse Conselho de Gerência. O Conselho de Gerência foi nomeado a conselho do Eng.º Martins Pereira, com quem tivemos uma entrevista e nessa altura ele disse-nos que isto seria um Conselho para actuarmos quinze dias, três semanas, pouco mais ou menos. A verdade é que já estão há três e só no dia 5 a secretária do ministro da Indústria telefonou a dizer que a C. A. estava formada.

—Qual foi a experiência do Conselho de Gerência?

—Achamos que o Conselho de gerência foi bastante benéfico neste interregno entre uma administração e uma futura C. A. É importante salientar que encontramos em embrião um investimento de cerca de 2500 contos que era uma cobertura para umas iráquinas de decapagem que já estavam orçamentadas. E nós do Conselho de Gerência provisório achamos que aquilo era muito caro. Portanto fizemos contactos a outros níveis e conseguimos fazer essa cobertura por 850 contos. A cobertura está feita e serve perfeitamente. Está sólida e bem feita e poupámos cerca de 1700 contos. Falámos com os técnicos das máquinas que nos disseram que a construção servia perfeitamente.

TRABALHO ASSEGURADO ATÉ PRINCÍPIOS DE 1978

Voltamo-nos agora para a

reparação. O processo de desenvolvimento dos Estaleiros de Viana do Castelo foi de tal ordem em 30 anos que começámos com construções, metíamos a chapa ao ombro, metíamos a chapa com «garibaldi» e actualmente já temos aparelhos de elevação para serem entorneadas. Temos agora um processo de transporte de materiais para as docas que nos dá um certo avanço para as construções que temos em mãos.

ACABAMENTO IMPECÁVEL NAS CONSTRUÇÕES

Estamos numa via de desenvolvimento, de expansão dos estaleiros, portanto ainda não estamos apetrechados quer tecnicamente quer com máquinas, para construir rapidamente. O que é que leva os países estrangeiros a adquirirem barcos aos Estaleiros de Viana do Castelo? Isso é que é muito importante. É que os Estaleiros de Viana primaram sempre por um acabamento impecável das suas construções. Quer dizer: os barcos que saem daqui são de acabamento impecável. Temos a experiência de pessoas que têm ido a Espanha ver construções. Embora eles produzam muito (porque a Espanha ao nível de quantidade da produção naval é salvo erro a quarta potência) em quantidade mas em má qualidade.

—Qual é a implantação regional dos 1700 trabalhadores?

—Nos Estaleiros podemos

encomendas temos trabalho assegurado até fins de 1977, princípios de 1978...

—Não me pode dizer o montante em milhares de contos?

—Por exemplo dois navios químicos para a Venezuela que importam num milhão e 350 mil contos. Temos mais quatro construções (três para a E. P. A. (Empresa de Pescas de Aveiro e mais um para a SNAPA).

—Tem havido boicotes da social-democracia?

—Não fez boicotes, mas tivemos um ligeiro problema. Interrompem do lado: —Fez... Fez. Não quer pagar sem o aval do Banco de Fomento. Está a financiar o Banco de Fomento porque a Noruega só quer pagar no fim da construção. Eles tinham-nos pago a primeira prestação!

Um esclarecimento de outro trabalhador: —Os contratos processaram-se desta maneira: na altura da assinatura seria paga uma prestação e depois se ia vendo conforme a construção fosse progredindo. Deu-se aqui o 11 de Março e houve um boicote da Noruega. Não sabemos qual o motivo soubemos que nos foram canceladas as prestações seguintes. Tivemos que recorrer ao Banco de Fomento para nos financiar os salários dos trabalhadores porque a Noruega só nos pagava no fim da construção. O Banco de Fomento financia a construção e responsabiliza-se pelos encargos bancários que possa

reparação. O processo de desenvolvimento dos Estaleiros de Viana do Castelo foi de tal ordem em 30 anos que começámos com construções, metíamos a chapa ao ombro, metíamos a chapa com «garibaldi» e actualmente já temos aparelhos de elevação para serem entorneadas. Temos agora um processo de transporte de materiais para as docas que nos dá um certo avanço para as construções que temos em mãos.

ACABAMENTO IMPECÁVEL NAS CONSTRUÇÕES

Estamos numa via de desenvolvimento, de expansão dos estaleiros, portanto ainda não estamos apetrechados quer tecnicamente quer com máquinas, para construir rapidamente. O que é que leva os países estrangeiros a adquirirem barcos aos Estaleiros de Viana do Castelo? Isso é que é muito importante. É que os Estaleiros de Viana primaram sempre por um acabamento impecável das suas construções. Quer dizer: os barcos que saem daqui são de acabamento impecável. Temos a experiência de pessoas que têm ido a Espanha ver construções. Embora eles produzam muito (porque a Espanha ao nível de quantidade da produção naval é salvo erro a quarta potência) em quantidade mas em má qualidade.

—Qual é a implantação regional dos 1700 trabalhadores?

—Nos Estaleiros podemos

reparação. O processo de desenvolvimento dos Estaleiros de Viana do Castelo foi de tal ordem em 30 anos que começámos com construções, metíamos a chapa ao ombro, metíamos a chapa com «garibaldi» e actualmente já temos aparelhos de elevação para serem entorneadas. Temos agora um processo de transporte de materiais para as docas que nos dá um certo avanço para as construções que temos em mãos.

ACABAMENTO IMPECÁVEL NAS CONSTRUÇÕES

Estamos numa via de desenvolvimento, de expansão dos estaleiros, portanto ainda não estamos apetrechados quer tecnicamente quer com máquinas, para construir rapidamente. O que é que leva os países estrangeiros a adquirirem barcos aos Estaleiros de Viana do Castelo? Isso é que é muito importante. É que os Estaleiros de Viana primaram sempre por um acabamento impecável das suas construções. Quer dizer: os barcos que saem daqui são de acabamento impecável. Temos a experiência de pessoas que têm ido a Espanha ver construções. Embora eles produzam muito (porque a Espanha ao nível de quantidade da produção naval é salvo erro a quarta potência) em quantidade mas em má qualidade.

—Qual é a implantação regional dos 1700 trabalhadores?

—Nos Estaleiros podemos

reparação. O processo de desenvolvimento dos Estaleiros de Viana do Castelo foi de tal ordem em 30 anos que começámos com construções, metíamos a chapa ao ombro, metíamos a chapa com «garibaldi» e actualmente já temos aparelhos de elevação para serem entorneadas. Temos agora um processo de transporte de materiais para as docas que nos dá um certo avanço para as construções que temos em mãos.

ACABAMENTO IMPECÁVEL NAS CONSTRUÇÕES

Estamos numa via de desenvolvimento, de expansão dos estaleiros, portanto ainda não estamos apetrechados quer tecnicamente quer com máquinas, para construir rapidamente. O que é que leva os países estrangeiros a adquirirem barcos aos Estaleiros de Viana do Castelo? Isso é que é muito importante. É que os Estaleiros de Viana primaram sempre por um acabamento impecável das suas construções. Quer dizer: os barcos que saem daqui são de acabamento impecável. Temos a experiência de pessoas que têm ido a Espanha ver construções. Embora eles produzam muito (porque a Espanha ao nível de quantidade da produção naval é salvo erro a quarta potência) em quantidade mas em má qualidade.

—Qual é a implantação regional dos 1700 trabalhadores?

—Nos Estaleiros podemos